

# SUMÁRIO



**Prefeitura de Curitiba - PR**  
*Guarda Municipal*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto .....	1
Tipologia e gêneros textuais .....	2
Figuras de linguagem .....	6
Significação de palavras e expressões; relações de sinonímia e de antonímia .....	11
Ortografia .....	19
Acentuação gráfica .....	20
Uso da crase .....	23
Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto .....	25
Locuções verbais (perífrases verbais) .....	36
Formação de palavras .....	41
Elementos de comunicação .....	43
Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação) ...	44
Concordância verbal e nominal .....	50
Regência verbal e nominal .....	52
Colocação pronominal .....	54
Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto .....	57
Elementos de coesão .....	61
Função textual dos vocábulos .....	62
Funções do “que” e do “se” .....	71
Variação linguística .....	74
Questões .....	77
Gabarito .....	85

## RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Elementos de teoria dos conjuntos .....	1
Análise combinatória e probabilidade .....	7
Mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum .....	15
Razão e proporção .....	18
Regra de três simples ou composta .....	20

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Porcentagem .....	22
Equações do 1º e 2º grau .....	24
Sistema de equações do 1º grau .....	30
Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa .....	32
Relação entre grandezas – tabela ou gráfico .....	37
Tratamento da informação – média aritmética simples .....	44
Noções de geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de pitágoras ou de tales .....	44
Noções de lógica: proposições lógicas simples e compostas. conectivos lógicos .....	54
Lógica da argumentação .....	64
Diagramas lógicos: conjuntos e elementos .....	69
Tipos de raciocínio .....	72
Resolução de problemas com frações, conjuntos, porcentagens e sequências com números, figuras, palavras. resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal .....	73
Questões .....	79
Gabarito .....	89

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções gerais, conceito e objeto do direito administrativo .....	1
Princípios .....	6
Organização administrativa .....	13
Atos administrativos .....	19
Poderes da administração .....	40
Responsabilidade do estado .....	51
Agentes públicos .....	58
Improbidade administrativa na lei federal no 8.429, de 2 de junho de 1992 .....	76
Bens públicos .....	104
Intervenção do estado na propriedade privada e no domínio econômico .....	106
Serviços públicos .....	111
Controle da administração .....	129
Processo administrativo .....	138
Questões .....	145
Gabarito .....	153

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



## DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.....	1
Poder legislativo: fundamento, atribuições e garantias e independência .....	18
Poder executivo: forma e sistema de governo; chefia de estado e chefia de governo; atribuições e responsabilidades do presidente da república.....	36
Defesa do estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública .....	42
Questões .....	44
Gabarito.....	51

## DIREITO PENAL

Da aplicação da lei penal .....	1
Do crime; da imputabilidade penal; culpabilidade; exclusão de ilicitude .....	5
Do concurso de pessoas .....	15
Das penas .....	18
Das medidas de segurança.....	29
Da ação penal .....	31
Da extinção da punibilidade .....	36
Crimes contra a pessoa.....	41
Crimes contra o patrimônio .....	97
Crimes contra a dignidade sexual .....	134
Crimes contra a paz pública .....	149
Crimes contra a administração pública .....	153
Crimes contra o estado democrático de direito .....	165
Princípios.....	175
Questões .....	186
Gabarito.....	193

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Disposições preliminares do código de processo penal.....	1
Inquérito policial.....	8
Ação penal.....	17
Competência .....	23

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Das questões e processos incidentes .....	24
Da prova .....	39
Do acusado e seu defensor .....	53
Das prisões cautelares, das medidas cautelares e da liberdade provisória .....	55
Das citações e intimações .....	82
Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança .....	88
Da sentença .....	89
Questões .....	91
Gabarito .....	99

## HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE CURITIBA

História do paraná e de curitiba: povos originários; guerras e conflitos; patrimnio histórico material e imaterial; século xix, xx e atualidades .....	1
Geografia do paraná e de curitiba: aspectos geoeconmicos; relevo; geologia; solos; clima; vegetação; hidrografia; aspectos climáticos; mudanças climáticas; recursos energéticos; conflitos socioambientais e seus impactos no campo e na cidade; reforma agrária; recursos energéticos; unidades de conservação; sustentabilidade; cartografia e geotecnologias aplicadas ao meio ambiente; localização; divisão geográfica; processo de urbanização .....	10
Aspectos políticos .....	18
Divisoes territoriais; demografia .....	25
Aspectos culturais .....	33
Comunidades indígenas .....	41
Questões .....	47
Gabarito .....	51

## NOOES DE INFORMÁTICA

Conceitos e fundamentos básicos .....	1
Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus) .....	2
Conceitos básicos de hardware (placa mãe, memórias, processadores (cpu); periféricos de computadores .....	4
Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais windows 10 e windows 11 .....	9
Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote microsoft office (word, excel e powerpoint) - versões 2013, e 2016 e 365 .....	39
Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote libreoffice (writer, calc e impress) - versões 6 e 7 .....	86

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Conceitos de tecnologias relacionadas à internet, busca e pesquisa na web. navegadores de internet: microsoft edge, mozilla firefox, google chrome .....	102
Conceitos básicos de segurança na internet e malwares .....	108
Ferramentas do google .....	115
Questões .....	125
Gabarito .....	134

## LEGISLAÇÃO

Estatuto dos funcionários públicos municipais de curitiba .....	1
Constituição do estado do paraná .....	30
Lei federal n� 13.022, de 8 de agosto de 2014 (dispõe sobre o estatuto geral das guardas municipais) .....	101
Lei orgânica do município de curitiba .....	106
Lei federal n� 9.503, de 23 de setembro de 1997 (código de trânsito brasileiro e suas alterações) .....	152
Lei federal n� 8.429, de 2 de junho de 1992 e suas alterações (lei de improbidade administrativa) .....	245
Lei municipal n� 16.203, de 28 de agosto de 2023 (institui plano de carreira para os servidores integrantes do cargo de guarda municipal, em substituição aos planos instituidos pelas leis n� 13.769, de 28 de junho de 2011, e n� 14.522, de 10 de outubro de 2014) .....	272
Lei federal n� 8.069, de 13 de julho de 1990 (estatuto da criança e do adolescente - eca) .....	292
Lei federal n� 11.340, de 7 de agosto de 2006 (lei maria da penha) .....	359
Lei federal n� 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (estatuto do desarmamento) .....	371
Lei federal n� 13.869, de 5 de setembro de 2019 (dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade) .....	381
Lei federal n� 13.675, de 11 de junho de 2018 (sistema único de segurança pública) ..	387
Decreto federal n� 12.341, de 23 de dezembro de 2024 (disciplina o uso da fôrça e dos instrumentos de menor potencial ofensivo) .....	408
Decreto federal n� 11.615, de 21 de julho de 2023 (sistema nacional de armas) .....	412
Decreto municipal n� 1.792, de 18 de agosto de 2025 (descrição do cargo de guarda municipal do município de curitiba) .....	442
Decreto municipal n� 1.389, de 17 de outubro de 2019 (estrutura organizacional e níveis hierárquicos, orgânicos e funcionais da secretaria municipal de defesa social e trânsito) .....	443
Art. 5�, da constituição da república federativa do brasil, de 5 de outubro de 1988 .....	452
Questões .....	453
Gabarito .....	457

# SUMÁRIO



Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015*

*Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



*“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”*



## Raciocínio Lógico e Matemático

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

### ► Símbolos importantes

- $\in$ : pertence
- $\notin$ : não pertence
- $\subset$ : está contido
- $\not\subset$ : não está contido
- $\supset$ : contém
- $\not\supset$ : não contém
- $/$ : tal que
- $\Rightarrow$ : implica que
- $\Leftrightarrow$ : se, e somente se
- $\exists$ : existe
- $\nexists$ : não existe
- $\forall$ : para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$ : conjunto vazio
- **N**: conjunto dos números naturais
- **Z**: conjunto dos números inteiros
- **Q**: conjunto dos números racionais
- **I**: conjunto dos números irracionais
- **R**: conjunto dos números reais

### ► Representações

Um conjunto pode ser definido:

▪ **Enumerando todos os elementos do conjunto. Exemplo:**  $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$

▪ **Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos. Exemplo:**  
 $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$

▪ **Enumerando esses elementos temos. Exemplo:**  $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$

▪ Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos. **Exemplo:**



### ► Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, *L'Esprit des Lois*, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalencia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa, Administrativa e Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

#### **Funções do Estado:**

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

#### **Poderes criados para desenvolver as funções do estado:**

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário

Inferir-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de **FUNÇÃO TÍPICA**.

	<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>PODER JUDICIÁRIO</b>
<b>Função típica</b>	<b>Legislar</b>	<b>Administrativa</b>	<b>Judiciária</b>
<b>Atribuição</b>	Redigir e organizar o regramento jurídico do Estado	Administração e gestão estatal	Julgar e solucionar conflitos por intermédio da interpretação e aplicação das leis.





### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

#### ► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

#### ► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

#### ► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigalam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

#### ► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

#### ► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.



A Lei Penal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social e na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. Seu objetivo é definir quais condutas são consideradas criminosas e estabelecer as respectivas sanções para quem as pratica. No entanto, a aplicação da Lei Penal não é uma tarefa simples, pois envolve uma série de princípios e regras que garantem a justiça e a segurança jurídica.

Entre os aspectos mais importantes estão as características da Lei Penal no tempo e no espaço, que determinam como e quando uma lei pode ser aplicada a uma determinada conduta. Compreender esses conceitos é essencial para a correta interpretação e aplicação das normas penais, evitando injustiças e garantindo a legalidade em todo o processo penal. Este estudo explora as principais características da Lei Penal, com ênfase em sua aplicação temporal e espacial, abordando também as exceções e os conflitos normativos que podem surgir nesse contexto.

### ► Lei Penal no Tempo

A aplicação da Lei Penal ao longo do tempo é regida por princípios que visam assegurar a justiça e a previsibilidade das normas jurídicas. Dentre esses princípios, destacam-se a teoria da atividade, o princípio da legalidade e os conceitos de retroatividade e ultra-atividade das leis penais.

### ► Observações Iniciais

A teoria da atividade, prevista no Art. 4º do Código Penal, determina que o crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento em que o resultado ocorra. Isso significa que, para fins penais, o que importa é o momento da conduta do agente, e não quando as consequências dessa conduta se manifestam.

O princípio da legalidade estabelece que somente uma lei anterior pode definir infrações penais e estipular penas. Esse princípio é essencial para garantir que ninguém seja punido por um ato que não estava expressamente tipificado como crime no momento de sua prática. Dentro do princípio da legalidade, encontramos dois desdobramentos importantes:

- **Reserva Legal:** Apenas uma lei em sentido estrito, ou seja, uma lei formalmente aprovada pelo legislativo, pode criminalizar condutas e estabelecer penalidades.

- **Anterioridade da Lei Penal:** Uma lei penal só pode ser aplicada a uma conduta se esta for praticada durante a vigência dessa lei. Por exemplo, se uma lei que criminaliza uma determinada conduta entra em vigor amanhã, não se pode processar alguém por ter praticado essa conduta hoje, enquanto a lei ainda não estava em vigor.

### ► Sucessão de Leis Penais no Tempo

A atividade da lei penal, distinta da teoria da atividade, determina que a lei penal se aplica apenas enquanto está em vigor. Isso implica que a lei penal regula apenas os fatos ocorridos durante sua vigência, não retroagindo para alcançar atos cometidos anteriormente, salvo em benefício do réu.

### ► Exceções à Atividade da Lei Penal (Retroatividade e Ultra-atividade)

Há exceções ao princípio da atividade da lei penal, conhecidas como extratividade da lei penal, que incluem a retroatividade e a ultra-atividade das leis penais:

- **Retroatividade:** Refere-se à aplicação de uma lei penal mais benéfica a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor. Esse princípio visa proteger os direitos do réu, aplicando-lhe a legislação mais favorável, mesmo que os atos tenham sido praticados sob uma lei mais severa.



## Direito Processual Penal

O Direito Processual Penal é o corpo de normas jurídicas com a finalidade de regular o modo, os meios e os órgãos encarregados de punir do Estado, realizando-se por intermédio do Poder Judiciário, constitucionalmente incumbido de aplicar a lei ao caso concreto. É o ramo das ciências criminais cuja meta é permitir a aplicação de vários dos princípios constitucionais, consagradores de garantias humanas fundamentais, servindo de anteparo entre a pretensão punitiva estatal, advinda do Direito Penal, e a liberdade do acusado, direito individual.

Processo Penal é o conjunto de normas e princípios que regulam a aplicação jurisdicional do Direito Penal, bem como as atividades persecutórias da Polícia Judiciária e a estruturação dos órgãos da função jurisdicional. É ramo do direito público.

A competência para legislar sobre direito processual penal é privativa da União, podendo ser atribuída aos estados-membros a competência sobre questões específicas de direito local mediante lei complementar. Já em relação ao Direito Penitenciário, afeto à execução penal, a competência é concorrente entre os entes.

### ► Características

- a) **Autonomia:** não é submisso ao direito material, pois possui princípios e regras próprias.
- b) **Instrumentalidade:** é um meio para fazer atuar o Direito Penal material.
- c) **Normatividade:** é uma disciplina normativa, de caráter dogmático.

## PRINCÍPIOS

### ► Princípios regentes

#### Princípio da Dignidade da Pessoa Humana:

Trata-se, sem dúvida, de um princípio regente, cuja missão é a preservação integral do ser humano, desde o nascimento até a morte, conferindo-lhe autoestima e garantindo-lhe o mínimo existencial.

A referência à dignidade da pessoa humana, feita no art. 1.º, III, da Constituição Federal, “parece conglobar em si todos aqueles direitos fundamentais, quer sejam os individuais clássicos, quer sejam os de fundo econômico e social”. É um princípio de valor pré-constituente e de hierarquia supraconstitucional.

Segundo nos parece, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana possui dois prismas: objetivo e subjetivo. Objetivamente, envolve a garantia de um mínimo existencial ao ser humano, atendendo as suas necessidades vitais básicas, como reconhecido pelo art. 7.º, IV, da Constituição, ao cuidar do salário mínimo (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social). Inexiste dignidade se a pessoa humana não dispuser de condições básicas de vivência. Subjetivamente, cuida-se do sentimento de respeitabilidade e autoestima, inerentes ao ser humano, desde o nascimento, quando passa a desenvolver sua personalidade, entrelaçando-se em comunidade e merecendo consideração, mormente do Estado.

Para que o ser humano tenha a sua dignidade preservada torna-se essencial o fiel respeito aos direitos e garantias individuais.

#### Princípio do Devido Processo Legal:

O outro princípio regente concentra-se no devido processo legal, cuja raiz remonta à Magna Carta de 1215 (“Nenhum homem pode ser preso ou privado de sua propriedade a não ser pelo julgamento de seus pares ou pela lei da terra”). A célebre expressão “by the lay of the land” (lei da terra), que inicialmente constou da redação desse documento histórico, transmutou-se para “due process of law” (devido processo legal). A modificação vernacular não teve o condão de apartar o significado histórico do princípio. Buscou-se uma garantia e uma proteção contra os desmandos do rei, encarnando a época autoritária absoluta na Inglaterra. Não mais seria



### POVOS ORIGINÁRIOS DO PARANÁ: DIVERSIDADE, CULTURA E RESISTÊNCIA

Antes da colonização europeia, o território que hoje corresponde ao estado do Paraná era densamente habitado por povos indígenas com modos de vida, línguas e organizações sociais próprias. A ocupação dessa região pelos povos originários remonta a milhares de anos e revela uma rica diversidade cultural e histórica, frequentemente invisibilizada pelas narrativas oficiais.

Entender quem são esses povos, como viviam e como resistiram (e ainda resistem) às imposições externas é fundamental para uma visão mais completa da história do Paraná.

#### ► Diversidade étnica e localização geográfica

Três grandes troncos linguísticos predominavam entre os povos indígenas do Paraná: o Tupi, o Jê e o Macro-Gê. Dentre os principais grupos, destacam-se os Guaranis, Kaingangs e Xetás, cada qual com características culturais específicas e modos de ocupação distintos no território paranaense.

▪ **Guaranis:** pertencentes ao tronco Tupi, os Guaranis estavam presentes principalmente no litoral e em regiões próximas aos rios. Viviam de agricultura (especialmente milho, mandioca e batata-doce), coleta, pesca e caça. Possuíam uma cosmovisão baseada em elementos espirituais, com ênfase na busca da “terra sem males”, um lugar sagrado que orientava seus deslocamentos e práticas religiosas.

▪ **Kaingangs:** do tronco Jê, os Kaingangs ocupavam principalmente a região do planalto, nos Campos Gerais e no centro-sul do estado. Viviam de caça, coleta e agricultura rudimentar, com uma organização social baseada em clãs e em regras de reciprocidade entre grupos. Eram conhecidos pela habilidade na cestaria e pelo uso de pinturas corporais com significados rituais e sociais.

▪ **Xetás:** grupo pertencente ao tronco Macro-Gê, os Xetás habitavam áreas do noroeste do Paraná, como a região entre os rios Ivaí e Paraná. Eram tradicionalmente nômades e viviam em pequenos grupos familiares. A ocupação moderna e o avanço da agricultura mecanizada a partir da década de 1950 levaram ao quase extermínio desse povo, cuja presença hoje é praticamente simbólica.

Além desses três grupos, o Paraná possui registros arqueológicos que indicam a existência de outras culturas indígenas em tempos mais remotos, como os povos ceramistas da Tradição Tupiguarani e os caçadores-coletores do planalto e do litoral.

#### ► Organização social, economia e religiosidade

Os povos originários do Paraná apresentavam grande diversidade em seus sistemas de organização social. Os Guaranis, por exemplo, estruturavam suas aldeias ao redor da casa de oração (opy), um espaço central na vida comunitária. Sua liderança espiritual era exercida pelos xamãs ou pajés, que também atuavam como curadores e conselheiros.

Já os Kaingangs tinham uma organização dividida em metades rituais exogâmicas, ou seja, um indivíduo só podia casar-se com alguém da metade oposta à sua. Essa estrutura influenciava todas as esferas da vida social, desde alianças políticas até rituais funerários.

A economia indígena era baseada no equilíbrio com a natureza, sem a lógica extrativista do lucro. Plantavam o necessário para sua subsistência e coletavam o que a floresta oferecia. A relação espiritual com a terra era central: os recursos naturais não eram vistos como mercadoria, mas como dádivas sagradas.

A religiosidade era marcada por mitos de origem, rituais de passagem, danças e cantos tradicionais. Cada povo tinha seus próprios deuses, heróis culturais e cosmologias que orientavam suas decisões cotidianas e o uso do espaço.



A informática, também conhecida como ciência da computação, é o campo de estudo dedicado ao processamento automático e racional da informação por meio de sistemas computacionais. A palavra “informática” é uma junção dos termos “informação” e “automática”, refletindo a essência do campo: o uso de computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir informações de forma eficiente e precisa.

A história da informática é marcada por uma evolução constante e revolucionária, que transformou a maneira como vivemos e trabalhamos. Desde os primeiros dispositivos de cálculo, como o ábaco, até os modernos computadores e dispositivos móveis, a informática tem sido uma força motriz no avanço da sociedade.

No século 17, Blaise Pascal inventou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas, capaz de realizar adições e subtrações. Mais tarde, no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, considerada o precursor dos computadores modernos, e Ada Lovelace, reconhecida como a primeira programadora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser processado por uma máquina.

O século 20 testemunhou o nascimento dos primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que utilizava válvulas e era capaz de realizar milhares de cálculos por segundo. A invenção do transistor e dos circuitos integrados levou a computadores cada vez menores e mais poderosos, culminando na era dos microprocessadores e na explosão da computação pessoal.

Hoje, a informática está em todo lugar, desde smartphones até sistemas de inteligência artificial, e continua a ser um campo de rápido desenvolvimento e inovação.

Conceitos básicos de informática

- **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

- **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

- **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

- **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

- **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

- **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

**Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

Tipos de computadores

- **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

- **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.



**LEI Nº 1656, DATA 21/08/1958.**

*ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REVOGANDO AS LEIS Nº 265/50; 277/50; 281/50; 301/50; 440/52; 507/52; 512/52; 669/53; 682/53; 710/53; 718/53; 801/53; 881/54; 958/54; 1.012/54 E 1.026/54.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ**, decreta e eu, PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Curitiba, parte integrante desta lei.

Art. 2º O Estatuto regulará e provimento dos cargos público; os direitos, as garantias e as vantagens, bem como os deveres e as responsabilidades dos funcionários públicos municipais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DO ROSÁRIO, em 21 de Agosto de 1.958.

**ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**DO CARGOS PÚBLICOS**

**CONCEITO - CLASSIFICAÇÃO - CRIAÇÃO - QUADRO**

Art. 1º Funcionário Público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 2º Cargo Público, para os efeitos deste Estatuto, é o criado por Lei, em número certo, com denominação própria e pago pelo Tesouro Municipal.

Art. 3º Os cargos públicos municipais serão criados por Lei, sob proposta do Prefeito, na qual deverão constar, além das condições previstas neste Estatuto, a abertura de crédito necessário à despesas respectiva.

Art. 4º Os cargos serão de carreira ou isolados.

§ 1º São cargos de carreira os que, integrando um conjunto de classes de uma mesma especialização, permitem o acesso hierárquico às classes subsequentes, mediante o preenchimento das condições que lei determina.

§ 2º São cargos isolados os que corresponde à certa e determinada função, não de constituído em classes, nem integrando carreiras.

Art. 5º Classe é o agrupamento de cargos de mesma especialização e de igual padrão de vencimentos.

Art. 6º Carreira é o conjunto de classes da mesma especialização, em número fixado por lei a escalonados segundo os padrões de vencimentos.

§ 1º As atribuições de cada carreira serão definidas em Regulamentos.

§ 2º Respeitada essa regulamentação, as atribuições inerentes a uma carreira podem ser cometidas, indistintamente, aos funcionários de suas diferentes classes.

§ 3º É vedado atribuir-se ao funcionário encargo ou serviço diferente dos que os próprios de sua carreira ou cargos e que como tais sejam definidos em leis ou regulamentos.